

A ADOÇÃO DA AUDITORIA INTERNA COM FOCO NO CONTROLE INTERNO E NA GOVERNANÇA CORPORATIVA

**Juliana de Jesus Mendes
Karla Nascimento da Silva**

Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade de Jussara. E-mail:
karla@valedoaraguaiaseguros.com.br
emissao@valedoaraguaiaseguros.com.br

RESUMO

O presente artigo inicia com um breve relato sobre a história da contabilidade, apresentando logo em seguida a atividade de auditoria que é tão antiga quanto a contabilidade e a forma como evoluíram juntas, partindo do crescimento socioeconômico da sociedade. Em seguida foi feita uma abordagem sobre a auditoria externa e auditoria interna evidenciando suas principais características, diferenças e seus órgãos reguladores, que são responsáveis pela criação de normas que tornam essas atividades regulamentadas e confiáveis. A Auditoria Interna é uma ferramenta de controle que tem como função principal avaliar a eficiência e eficácia dos controles internos, financeiros e contábeis da entidade, por meio de um plano de ação que auxilie a organização. O Controle Interno funciona como um mecanismo para as entidades executar suas metas e objetivos como foram planejadas, corrigindo os erros encontrados no percurso, sendo o principal objetivo a proteção do patrimônio da empresa. A Governança Corporativa vem para criar um elo entre os gestores e acionistas, por esse motivo foi criado o Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa para servir como um guia as entidades, contendo princípios, práticas e diversos conceitos básicos para entender como funciona o sistema de uma organização. A relação entre Auditoria Interna, Controle Interno e Governança Corporativa foi demonstrada através do método hipotético-dedutivo, sendo realizadas pesquisas em artigos, livros, revista e sites. Conclui-se que Auditoria Interna é um trabalho importante dentro da organização, mas só é completo e eficiente quando aliado a um Controle Interno efetivo e as boas práticas de Governança Corporativa. As empresas de grande porte que adotam esses modelos de gestão ganham uma vantagem competitiva no mercado, e as pequenas empresas podem adaptar e inserir essas novas práticas de gestão para melhorar sua administração.

PALAVRAS-CHAVE: Auditoria. Controle Interno. Governança Corporativa. Gestão.

ABSTRACT

This article presents a brief history of accounting and then it shows the audit that is as old as the accounting and how both evolved together, based on socio-economic growth of society. After that it was approached about external audit and internal audit to show its main characteristics, differences and regulatory bodies, which are responsible for creating rules that make these regulated and reliable activities. Internal Audit is a control tool's that have as main function to evaluate the efficiency and effectiveness of

internal control, financial and accounting of entity, through a plan of action to assist the organization. The Internal Control functions as a mechanism for assist the entities in the performing its goals and objectives as planned, correcting the errors found on the way, so the main objective is of protecting the company's assets. Corporate Governance becomes important to create a link between managers and shareholders. For this reason, it was created the Code of Best Corporate Governance Practices that serves as a guide to the entities, containing principles, practices and several basic concepts to understand how the system works in an organization. The relationship between Internal Audit, Internal Control and Corporate Governance is demonstrated in this work through hypothetical-deductive method, based on research articles, books, magazines and websites. Thus, it is concluded that Internal Audit is an important tool within the organization, but is only complete and efficient when combined with an effective Internal Control and good Corporate Governance practices. The large companies that join these management models gain a competitive advantage in the market, and small businesses can adapt and insert these new management practices to improve its organization and business.

KEYWORDS: Audit. Internal Control. Corporate Governance. Management.

INTRODUÇÃO

A evolução da contabilidade ocorreu por meio de um processo de transformação ao longo do tempo, entre a escrita rudimentar ao processamento de dados de forma eletrônica e o armazenamento de informações, nas nuvens é um longo caminho percorrido. É fato que a utilização da contabilidade para muitas instituições não vai além de mera exigência fiscal. Porém, no universo de um cenário econômico instável e a competitividade no mercado, as empresas passaram a reconhecer o papel do contador, e foram desfazendo a ideia ultrapassada de que esse profissional tem a função apenas de contabilizar, efetuar lançamentos em livros fiscais, e perceberam que a contabilidade é uma grande aliada nas tomadas de decisões. A relação entre contador e administrador se fortaleceu no decorrer dos anos e a cada dia está amadurecendo, ganhando o reconhecimento merecido, pois esta parceria gera resultados positivos e melhora o crescimento da empresa.

No momento em que a contabilidade agregou-se em um desempenho de relevância dentro da organização, auxiliando os gestores na tomada de decisões, surge a auditoria interna, uma ferramenta de gestão utilizada para o controle e detecção de riscos dentro das organizações e otimização de processos, realizando um trabalho de assessoria ao grupo gestor da organização.

O trabalho relata a história da auditoria, evidenciando desde os primeiros indícios na Itália até chegar ao Brasil e suas transformações de acordo com as

normatizações emitidas pelos órgãos reguladores. Será exposta uma breve diferença entre auditoria externa e auditoria interna para melhor compreensão dos objetivos desses dois seguimentos da profissão.

A pesquisa direcionada para o Controle Interno, tem o intuito de demonstrar que quando eficiente pode servir como uma grande ferramenta de gestão para as empresas, com abrangência para o tema de Governança Corporativa, que foi criado para fortalecer o sistema de administração empresarial atuando como um manual de organização e boas práticas de conduta corporativa.

O escopo do desenvolvimento deste trabalho é a averiguação do uso das ferramentas administrativas e contábeis para gestão organizacional, tendo em vista as dificuldades enfrentadas por muitos gestores em adotar, ou até mesmo adaptar novos modelos de gestão para organização com foco na otimização dos processos gerenciais, e por isso, é importante que sejam desenvolvidos pesquisas que evidenciem os benefícios da Governança Corporativa juntamente a auditoria interna e o controle interno para impulsionar tais mudanças.

O desenvolvimento desse artigo se justifica pela relevância na aplicação de boas práticas empresariais, expondo novos modelos de gestão, além de elencar a contribuição para o crescimento da organização em todos os sentidos.

As relações de administração, investidores, mercado, sociedade, tendem a ser relações dinâmicas, pois o mundo está em constante transformações e as entidades devem estar preparadas para acompanhar tal crescimento, e junto desse processo é inevitável não passar por conturbações, neste momento é que se percebe o quão importante é a Auditoria Interna, Controle Interno e a Governança Corporativa atuando em conjunto, pois as empresas, principalmente as de capital aberto precisam ter um planejamento sólido que atende suas necessidades e que fiquem preparadas para os desafios do mundo corporativo.

As empresas de micro e pequeno porte raramente optam por essas ferramentas de otimização, parte dessa decisão é por falta de conhecimento e receio do custo que a adoção dessas novas formas de gestão podem ter para a empresa e acabam não se adaptando a essa nova ferramenta de gestão, e então perdem uma oportunidade de crescimento no mercado.

O objetivo desse trabalho é mostrar o elo de ligação entre Auditoria , Controle Interno e a Governança Corporativa, apresentando as vantagens em aplica-las dentro da

empresa, já que a maioria dos tipos empresariais podem se adaptar e se encaixar a essas práticas em seu modelo de gestão.

1 REVISÃO LITERÁRIA

O método utilizado foi hipotético-dedutivo, sendo realizadas pesquisas bibliográficas através de artigos e em revistas, sites, teses, dissertações, livros, publicações avulsas e impressa, escrita ou online, sobre assuntos relacionados a auditoria e formas de gestão empresarial.

1.1 Empresa quanto ao Porte, Caracterização do Controlador e Natureza Jurídica

Antes de iniciar o presente estudo sobre a Auditoria Interna, Controle Interno e Governança Corporativa é importante entender sobre os tipos de empresa, que podem ser classificadas pelos: Objetivos, Tamanho, Estrutura, Volume de Trabalho Interno e Organização entre outros.

Como o foco do trabalho é o modelo de gestão de pequenas e grandes empresas, é importante conhecer a classificação empresarial referente ao seu porte, sendo divididas em: microempresa e pequenas empresas, empresas de médio porte e grandes empresas.

Definindo empresas de grande porte, no artigo 3º dispõe

Considera-se de grande porte, para os fins exclusivos desta Lei, a sociedade ou conjunto de sociedades sob controle comum que tiver, no exercício social anterior, ativo total superior a R\$ 240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de reais) ou receita bruta anual superior a R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais). (BRASIL,1976).

A outra forma relevante para o estudo de classificação das empresas é em relação a caracterização do Controlador que pode ser definida em: Estatal onde todo ou a maioria do capital social fica sob controle do Estado; Familiar onde a gestão é realizada pela família; Não Familiar ocorre quando um ou mais indivíduo dispõe do poder; Estrangeiro sendo o sócio controlador estrangeiro; Institucional são instituições que investem no mercado de capitais como Seguradoras, fundos de pensão, bancos entre outros; e Economia Mista que deve ser constituída na forma de S/A. sendo que parte do seu capital é controlado pelo Estado e a outra por parte privada.

Continuando a caracterização das empresas, abaixo estão as divisões das categorias ao que se refere à Natureza Jurídica da organização:

Quadro 1- Natureza Jurídica

| | |
|----------------------|--|
| 3º setor | Organizações sem-fins lucrativos (associações e fundações) |
| Cooperativas | Sociedades de pessoas, constituídas para prestar serviços aos associados, cuja distribuição de resultados esta vinculada as operações efetuadas pelo sócio com a sociedade e desvinculada da participação no capital e cujos direitos políticos estão vinculados as pessoas e desvinculados da participação no capital. |
| Sociedades Limitadas | Sociedades de pessoas ou de capital com fins lucrativos, constituídas para fornecer serviços ou mercadorias a terceiros, cuja distribuição de resultados e direitos políticos estão vinculados a participação no capital, com reduzida estrutura administrativa, de controles internos e transparência. Não permite acesso a recursos através do mercado de capitais. |
| Sociedades Anônimas | Sociedades de capital com fins lucrativos, constituídas para fornecer serviços ou mercadorias a terceiros, cuja distribuição de resultado e direitos políticos estão vinculados a participação no capital, com complexa estrutura administrativa e de controles internos e ampliada transparência. Permite acesso a recursos através do mercado de capitais. Pode ser de capital aberto ou fechado, conforme os valores Mobiliários de sua emissão estejam ou não admitidos a negociação no mercado. |

Fonte: IBGC (2009, p.16 e 17.)

O estudo realizado sobre as características dos tipos empresariais é para demonstrar um elo de ligação com os modelos de gestão expostos, incentivando a aplicabilidade em diversos tipos de empresas, bastando adaptar as práticas de conduta condizentes a realidade empresarial que está inserida.

2 DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA CONTÁBIL E A EVOLUÇÃO PARA AUDITORIA

Alguns historiadores afirmam que a contabilidade é uma ciência mais antiga do que se pode imaginar, (Sá, 1999, p. 18) menciona que os primeiros registros encontrados foram na pré-história “com o uso de sua arte o homem primitivo passou a evidenciar a riqueza patrimonial que detinha, em inscrições nas paredes das grutas, onde produziu pinturas e também em pedaços de ossos”. A contabilidade foi acompanhando a evolução

do homem, que com a criação da escrita, o sistema de registros ficou mais sofisticado, e a partir de então a contabilidade foi se aperfeiçoando com o progresso das relações comerciais.

O fato mais marcante da história da contabilidade foi a criação do sistema das partidas dobradas, que segue a regra que para cada débito lançado deve haver um crédito de igual valor.

No Brasil, a história da contabilidade inicia no período colonial, com a necessidade da realização dos controles contábeis das atividades financeiras ocorridas na época, que a partir desse momento acompanhou a evolução socioeconômica.

A primeira escola de Contabilidade no Brasil, surgiu no Rio de Janeiro, em 1905, através do decreto nº 1.339, onde os alunos poderiam ter a formação em Guarda-livros e Perito Judicial. O título de guarda-livros foi excluído em 1945 e deu espaço a uma nova designação: Técnico em Contabilidade (CRC/RJ, 2007).

Neste mesmo ano de 1945 foi instituída uma nova Lei com o objetivo de lapidar o Curso de Ciência Contábil, o tornando mais seletivo e fazendo as divisões em nível médio e nível superior

A Lei 7.988 fez nova reestruturação do ensino, criando a Faculdade de Ciências Contábeis, para formar Contadores em nível superior, mantendo-se o curso em nível médio para formação de Técnicos em Contabilidade, com prerrogativas profissionais, das quais se excluiu, entre outras, a auditoria contábil, que permaneceu como exclusiva do Contador (MARRA, 2009, p.44).

A história da contabilidade passou e ainda passa por várias fases de transformações, por ser uma ciência social que trabalha com diversas realidades humanas.

De forma abrangente estabelece que a finalidade da contabilidade pode ser definida como:

Promover meios informativos e de controle com o intuito de coletar todos os dados ocorridos na empresa e que tenham, ou possam ter, impactos e causar variações em sua posição patrimonial. A Contabilidade é o instrumento de medição e avaliação do patrimônio e dos resultados auferidos pela gestão da Administração da entidade (ATTIE, 2011, p.4).

Acompanhando a história do início da contabilidade percebe-se que não demorou para surgir a atividade do auditor, pois em vários períodos da história há vestígios da prática de auditoria, onde foram encontrados relatos na época imperial, pessoas que eram encarregadas com a função de garantir o cumprimento das exigências

imperais, fiscalizando a cobrança de impostos, logo essa mesma ideia de delegar funções para fiscalizar acompanhou outros períodos como: idade média, renascimento entre outros. IBRACON (2006, p.43)

Através de pesquisas o escritor Hilário Franco Eterno Marra, concluiu que “A auditoria surgiu primeiramente na Inglaterra, que, como dominadora dos mares e controladora do comércio mundial, foi a primeira a possuir as grandes companhias de comércio e a primeira também a instituir a taxaço do imposto de renda”. Essa citação curta está certa?

Porém há autores como o José Hernandez Perez Junior, que reconhecem o surgimento da auditoria em 1581, na Itália, quando foi constituído o primeiro Colégio de Contadores que junto nasceu então o Auditor.

Acredita-se que o verdadeiro reconhecimento da auditoria ocorreu a partir da revolução industrial, mais precisamente na Inglaterra no final do século XVIII, que neste período se tornou uma grande potência mundial, pois houve um aumento na produção devido a implantação das indústrias implantando o sistema de maquinário revolucionando assim a forma de produzir. Foi um salto tecnológico, ou seja, produzia mais quantidade com menores custos o que conseqüentemente fomentou a economia da época. A contabilidade desenvolvida até então não era suficiente para resolver os problemas complexos que surgiram devido ao grande fluxo e a complexidade das operações seria necessário encontrar alguma forma para inovar o sistema de controle financeiro dentro das empresas, então surgiu a figura do auditor que viria para conferir as demonstrações financeiras.

O trabalho de auditoria surgiu para atender uma necessidade imposta pela evolução do sistema capitalista. Em um momento inicial, as organizações empresariais eram fechadas e familiares, num momento seguinte, a evolução da economia trouxe, para algumas empresas, a necessidade de obter recursos de terceiros, normalmente investidores externos a organização, tais como bancos, por exemplo (CFC, 2013).

A partir de então as empresas passaram a publicar suas demonstrações contábeis, para atrair investidores. Porém se tornou necessário que as demonstrações contábeis fossem conferidas por um profissional capacitado e independente da empresa, para que o mesmo realizasse a conferência e veracidade das informações, assim surgiu a auditoria.

A moderna Auditoria cresceu, portanto, na Inglaterra, que a exportou, com seus investimentos, para outros países – inclusive para o Brasil –,

principalmente para a construção e administração de estradas de ferro e outros serviços de utilidade pública. No fim do século XIX e início do XX, naquele país, o controle e a posse das empresas se diluíam, com o aumento do mercado de compradores de ações. Foi, então, necessário estabelecer padrões mínimos a ser atendidos pelas empresas com ações cotadas em bolsa, na elaboração de seus relatórios (IBRACON, 2006, p.45).

A atividade de auditar acompanhou o crescimento econômico, a cada fato histórico marcante do desenvolvimento da economia, fez com que aprimorasse a profissão do auditor e a mesma ganhou espaço e reconhecimento por parte da sociedade, pois é uma atividade de extrema importância dentro das organizações, e não foi diferente no Brasil, que como consequência do crescimento econômico viu-se a necessidade em adotar a auditoria como uma nova forma das empresas ganharem credibilidade no mercado.

2.1 Auditoria no Brasil

A consolidação da profissão no Brasil foi de acordo com crescimento da economia e a chegada de empresas internacionais de auditoria independente no Brasil, como consequência de investimentos internacionais que estavam sendo introduzidos aqui.

Estudos relatam que em 1965 a Lei nº 4.728, foi a primeira oficialização da figura do auditor independente no Brasil conforme registrado no Artigo 20:

§ 1º Caberá ainda ao Conselho Monetário Nacional expedir normas a serem observadas pelas pessoas jurídicas referidas neste artigo, e relativas a (...) b) organização do balanço e das demonstrações de resultado, padrões de organização contábil, relatórios e pareceres de auditores independentes registrados no Banco Central (BRASIL, 1965).

No mesmo ano, o Banco Central República do Brasil, a partir de resolução nº 7 criou o Cadastro dos Auditores Independentes, contendo as regras a serem seguidas para atuar no ramo, e impôs a obrigação da prática da auditoria externa ou independente em quase todas as entidades que eram integrantes do Sistema Financeiro Nacional e companhia abertas.

O Banco Central estabeleceu também, em 11 de Maio de 1972 por meio da Circular nº 179, as normas gerais de auditoria, sendo a primeira delas:

“I - A auditoria deverá ser executada por profissional ou empresa, habilitados para o exercício de trabalhos de auditoria contábil, na forma das instruções baixadas pelo Banco Central do Brasil”.

Logo após, o CFC – Conselho Federal de Contabilidade através da Resolução nº 321/72 aprovou as normas e procedimentos de auditoria que foram elaborados pelo IBRACON- Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.

Em 1976 criou-se a Lei das Sociedades por Ações 6.404/76

§3º As demonstrações financeiras das companhias abertas observarão, ainda, as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários e serão obrigatoriamente submetidas a auditoria por auditores independentes nela registrados. (Redação dada pela Lei nº 11.941, de 2009)

§4º As demonstrações financeiras serão assinadas pelos administradores e por contabilistas legalmente habilitados (BRASIL, 1976).

Várias normas foram implantadas ao decorrer do tempo para regularizar e vir a melhorar o sistema de funcionamento da auditoria, e nesse período outra novidade marcante foi a criação da Comissão de Valores Mobiliários.

2.1.1 Classificação da Auditoria

A auditoria se divide em duas partes, auditoria interna e auditoria externa. Não se deve confundir o trabalho dos auditores, pois o auditor interno é um profissional que participa de toda a rotina da empresa, já o auditor externo é um profissional contratado com foco nas demonstrações financeiras.

Auditoria interna tem como finalidade criar um plano de ação que auxilie a organização, é um conjunto de mecanismos que tem como objetivo examinar a integridade dos controles internos, financeiros e contábeis da entidade. É uma avaliação interligada com a gestão que irá revisar as operações, auxiliando assim a tomada de decisões.

A auditoria externa tem como objetivo a emissão do parecer, onde deverá mostrar a posição patrimonial e financeira que a empresa se encontra. Ela deve certificar a veracidade dos registros contábeis e sugerir soluções e melhorias para o avanço da empresa contratante.

Para melhor compreensão será exposto logo abaixo um quadro comparativo evidenciando as principais diferenças entre a Auditoria Interna e Auditoria Externa, definindo de forma específica as atividades que deveram ser realizadas por cada um profissional.

Quadro 2 - Diferença entre auditoria externa e auditoria interna

| Elementos | Auditoria Externa | Auditoria Interna |
|-----------|---------------------------|---------------------------------|
| Sujeito | Profissional independente | Auditor interno (funcionário da |

| | | |
|--|---|---|
| Ação e objetivo | Exame das demonstrações Financeiras | empresa) Exame dos controles operacionais |
| Finalidade | Opinar sobre as demonstrações financeiras | Promover melhorias nos controles operacionais |
| Relatório Principal | Parecer | Recomendações de controle interno e eficiência administrativa |
| Grau de independência | Mais amplo | Menos amplo |
| Interessados no trabalho | A empresa e o público em geral | A empresa |
| Responsabilidade | Profissional, civil e criminal | Trabalhista |
| Número de áreas cobertas pelo exame durante um período | Maior | Menor |
| Intensidade dos trabalhos em cada área | Menor | Maior |
| Continuidade do trabalho | Periódico | Contínuo |

Fonte: Adaptado de Crepaldi (2013, p.77)

O exercício da auditoria conta com vários órgãos, que ficam com a missão de regularizar a profissão. Dentre eles estão: Comissão de Valores Mobiliários (CVM), foi criada em 7 de dezembro de 1976, contendo no seu Artigo 1º

Serão disciplinadas e fiscalizadas de acordo com esta Lei as seguintes atividades: I - a emissão e distribuição de valores mobiliários no mercado; II - a negociação e intermediação no mercado de valores mobiliários; III - a organização, o funcionamento e as operações das bolsas de valores; IV - a administração de carteiras e a custódia de valores mobiliários; V - a auditoria das companhias abertas; VI - os serviços de consultor e analista de valores mobiliários (BRASIL, 1976).

A Comissão de Valores Mobiliários é um órgão normativo, ou seja, irá ditar normas legais para regularizar o sistema financeiro, atendendo assim o mercado de títulos e valores mobiliários.

No seu site é citada uma definição clara e objetiva, sobre o conceito base e sua missão.

É uma entidade autárquica em regime especial, vinculada ao Ministério da Fazenda, com personalidade jurídica e patrimônio próprio, dotada de autoridade administrativa independente, ausência de subordinação hierárquica, mandato fixo e estabilidade de seus dirigentes, e autonomia financeira e orçamentária. Desenvolver, regular e fiscalizar o Mercado de Valores Mobiliários, como instrumento de captação de recursos para as empresas, protegendo o interesse dos investidores e assegurando ampla divulgação das informações sobre os emissores e seus valores mobiliários (CVM).

O artigo 26 da Lei 6.385 vem consolidar a relação dos auditores com CVM.

Somente as empresas de auditoria contábil ou auditores contábeis independentes, registrados na Comissão de Valores Mobiliários poderão auditar, para os efeitos desta Lei, as demonstrações financeiras de companhias abertas e das instituições, sociedades ou empresas que integram o sistema de distribuição e intermediação de valores mobiliários.

§ 1º - A Comissão estabelecerá as condições para o registro e o seu procedimento, e definirá os casos em que poderá ser recusado, suspenso ou cancelado.

§ 2º - As empresas de auditoria contábil ou auditores contábeis independentes responderão, civilmente, pelos prejuízos que causarem a terceiros em virtude de culpa ou dolo no exercício das funções previstas neste artigo. (BRASIL, 1976)

Seguindo para o próximo órgão, o IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil foi constituído em 13 de dezembro de 1971. O IBRACON surgiu da união de dois institutos que congregavam contadores que trabalhavam com auditoria independente: o Instituto dos Contadores Públicos do Brasil (ICPB) e o Instituto Brasileiro de Auditores Independentes (IBAI), que se uniram para a obtenção de uma melhor estrutura e representatividade em benefício da profissão. Assim foi criado o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IAIB).

Destacam-se também entre eles o CFC e CRC:O Conselho Federal de Contabilidade e os Conselhos Regionais de Contabilidade foram criados pelo decreto-lei nº 9.295, de 27-5-1946. Esses conselhos representam entidades de classe dos contadores, ou seja, é o local onde o aluno após concluir o curso de Ciências Contábeis na universidade, registra-se na categoria de contador. A principal finalidade desses conselhos é o registro e a fiscalização do exercício da profissão de contabilista. Almeida (2012, p.10).

O Banco Central do Brasil, criado pela Lei 4.595, de 31.12.1964, é uma autarquia federal, vinculada ao Ministério da Fazenda, que tem por missão assegurar a estabilidade do poder de compra da moeda e um sistema financeiro sólido e eficiente.

Entre as suas atividades principais destacam-se: a condução das políticas monetária, cambial, de crédito, e de relações financeiras com o exterior; a regulação e a supervisão do Sistema Financeiro Nacional (SFN); e a administração do sistema de pagamentos e do meio circulante.

Finalizando os órgãos reguladores em destaque: AUDIBRA. Conforme exposto por Almeida, 2012, p.11

O Instituto dos Auditores Internos do Brasil (AUDIBRA), fundado em 20-11-1960, é uma sociedade civil de direito privado e não tem fins lucrativos. O principal objetivo do AUDIBRA é promover o desenvolvimento da auditoria interna, mediante o intercâmbio de ideias, reuniões, conferências, intercâmbio com outras instituições, congressos, publicações de livros e revistas e divulgação da importância da auditoria interna junto a terceiros.

Todos esses órgãos colaboram para construção de uma atividade segura, confiável e padronizada para evitar fraudes e erros dentro da organização.

2.1.2 Auditoria Externa

Denomina Auditor Externo:

Profissional independente, que não tem nenhum tipo de vínculo com a empresa auditada, ele atua mediante a um contrato de trabalho que especifica seu dever dentro da entidade, sendo seu objetivo emitir um parecer sobre as demonstrações contábeis da mesma (CREPALDI, 2013, p. 74).

Existem alguns principais motivos que levam a uma empresa a contratar um auditor externo ou independente

Obrigação legal; como medida de controle interno tomada pelos acionistas, proprietários ou administradores da empresa; imposição de um banco para ceder empréstimo; imposição de um fornecedor para financiar a compra de matéria-prima; atender às exigências do próprio estatuto ou contrato social da

companhia ou empresa; para efeito de compra da empresa (o futuro comprador necessita de uma auditoria a fim de determinar o valor contábil correto do patrimônio líquido da empresa a ser comprada (ALMEIDA, 2012, p.13).

2.1.2.1 Auditoria Interna

Devido o crescimento econômico das empresas, foi necessário dar uma maior atenção às normas e procedimentos internos, já que quem administrava era o próprio proprietário ou até mesmo o profissional da administração e já não era possível supervisionar pessoalmente todas as áreas e atividades da entidade.

Enfim, surgiu a necessidade de ter um supervisor apropriado para o trabalho e que viesse a acompanhar os procedimentos internos, logo então essa função seria do auditor externo ou independente, que além de emitir sua opinião sobre as demonstrações contábeis, veio a também a apresentar alternativas para resolver os problemas da empresa.

Porém o auditor externo ficava na empresa em curtos períodos e sempre focado em avaliar as demonstrações contábeis, então se notou necessário adotar uma auditoria mais presente, um profissional que estivesse envolvido com a empresa para conhecê-la com profundidade

Surgiu o auditor interno como uma ramificação da profissão de auditor externo e, conseqüentemente, do contador. O auditor interno é um empregado da empresa, e dentro de uma organização ele não deve estar subordinado àquele cujo trabalho examina. Além disso, o auditor interno não deve desenvolver atividades que possa vir um dia a examinar (como, por exemplo, elaborar lançamentos contábeis), para que não interfira em sua independência (ALMEIDA, 2012, P.05).

De acordo com Crepaldi (2013, p. 03) define auditoria como “O levantamento, estudo e avaliação sistemática das transações, procedimentos, operações, rotinas e das demonstrações financeiras de uma entidade”.

Pode-se então de maneira resumida e sucinta afirmar que a auditoria tem como objetivo:

Examinar a integridade e fidedignidade das informações financeiras e operacionais e os meios utilizados para aferir, localizar classificar e comunicar essas informações; Examinar os sistemas estabelecidos, para certificar a observância às políticas, planos leis e regulamentos, e determinar se a organização está em conformidade com as diretrizes; Examinar os meios usados para a proteção dos ativos e, se necessário, comprovar sua existência real; Verificar se os recursos são empregados de maneira eficiente e econômica (ATTIE, 2012, p. 8).

CONAB, manual da Auditoria Interna, conceitua:

A auditoria interna é o conjunto de técnicas que visa avaliar, de forma amostral, a gestão da Companhia, pelos processos e resultados gerenciais, mediante a confrontação entre uma situação encontrada com um determinado critério técnico, operacional ou normativo. Trata-se de um importante componente de controle das Corporações na busca da melhor alocação dos recursos do contribuinte, não só atuando para corrigir os desperdícios, as impropriedades/disfunções, a negligência e a omissão, mas, principalmente, antecipando-se a essas ocorrências, buscando garantir os resultados pretendidos, além de destacar os impactos e benefícios sociais advindos.

A auditoria interna é um trabalho feito por um profissional contratado da empresa, com enfoque no controle operacional. Sua função vai além de lidar com dados numéricos, é realizar um trabalho de planejamento estratégico para identificar os riscos e oportunidades, é um grande aliado para a gestão empresarial.

2.1.2.2 Importância da Auditoria Interna

O mercado atual está em crescimento acelerado em busca de melhores resultados positivos e para conseguir mantê-los é preciso ter boas estratégias para diminuir com os riscos aos seus negócios.

Assim então é que se percebe a importância da auditoria interna no processo de acompanhamento intenso das atividades empresariais. É um processo diferenciado com uma visão ampla do que a maioria das organizações brasileiras estão acostumadas, pois estas estarão conscientes sobre os riscos e preparadas com soluções predefinidas para possíveis dificuldades futuras. A auditoria interna vem para dar suporte à gestão empresarial.

2.1.2.3 Procedimentos de Auditoria

O desempenho da atividade de auditoria requer a utilização de ferramentas de trabalho que possibilitem formar uma opinião. O objetivo da auditoria é fundamentar seu ponto de vista com fatos, evidências e informações possíveis, necessárias e materiais. A aplicação dos procedimentos de auditoria precisa estar atrelada ao objetivo que se quer atingir. O objetivo é a meta a ser alcançada. Os procedimentos são os caminhos que levam ao alcance do objetivo

Se o objetivo é determinar a existência de um bem, o caminho a seguir é inspecioná-lo fisicamente, buscar uma prova material e satisfatória. A atitude no recolhimento e avaliação das provas necessita ser independente e

impessoal, e o auditor deve agir com critério de forma isenta e inquestionável. Procedimentos de auditoria são as investigações técnicas que, tomadas em conjunto, permitem a formação fundamentada da opinião do auditor sobre as demonstrações contábeis ou sobre o trabalho realizado (ATTIE, 2011, p.209).

Os procedimentos de auditoria são ferramentas técnicas, por meio delas o auditor realiza o seu trabalho, através das informações possíveis e necessárias para avaliação das informações obtidas, para a formação de sua opinião imparcial.

O trabalho de auditoria interna deve seguir um planejamento que irá auxiliar em qual direção seguir, conhecendo todo o âmbito empresarial e qual realidade a empresa está inserida, considerando a definição da NBC T 12 “O planejamento do trabalho de Auditoria Interna compreende os exames preliminares das áreas, atividades, produtos e processos, para definir a amplitude e a época do trabalho a ser realizado de acordo com as diretrizes estabelecidas pela administração da entidade”.

3 CONTROLE INTERNO: Definição e Objetivos

O Controle Interno funciona como uma ferramenta para as entidades executar suas metas e objetivos como foram planejadas, sendo o principal objetivo a proteção do patrimônio da empresa. O trabalho do Controle Interno envolve todas as atividades e ações das áreas operacionais e financeiras da organização, adotando uma figura de correção dos erros encontrados pelo percurso e também passou a exercer um papel importante de prevenir futuros problemas.

Não se pode confundir o trabalho de Auditoria Interna com Controle Interno, são atividades distintas, mas que estão interligadas e trabalham em conjunto, a parte de Controle funciona como base para o trabalho da Auditoria, que exerce a função de acompanhar e recomendar melhorias no sistema de Controle.

De acordo com a definição do *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO), “Controle interno é um processo conduzido pela estrutura de governança, administração e outros profissionais da entidade, e desenvolvido para proporcionar segurança razoável com respeito à realização dos objetivos relacionados a operações, divulgação e conformidade” (COSO,2013).

É uma peça chave para o bom desempenho da empresa, pois é um plano onde contém os métodos que serão adotados para proteger o seu patrimônio e coordenar área operacional.

Os principais objetivos do Controle Interno são “Garantir informações adequadas, visando à tomada de decisões; estimular o respeito e a obediência às políticas da administração; proteger os ativos; promover eficiência e eficácia operacional” (PEREZ JUNIOR, 2012, p.80).

O Controle Interno além de proteger ativos e zelar pelos procedimentos, desempenha várias funções como: ajudar a garantir a confiabilidade dos dados contábeis e auxiliar a promover a eficiência operacional de uma organização.

Para melhor compreensão da definição de controle interno, deve ser observado a presença de vários elementos, sendo o primeiro deles o plano de organização, sendo a forma que entidade irá organizar seu sistema, fazendo as devidas divisões de maneira que sejam definidas as autoridades e responsabilidades de cada departamento. O segundo são os métodos e medidas, que são as ações e atitudes que deverão ser adotadas para alcançar determinado fim. Seguindo para o terceiro, a proteção do patrimônio que têm a função a salvaguardar os bens e direitos da empresa. O quarto fator é exatidão e fidedignidade, que diz respeito a importância de os dados contábeis serem registrados e organizados de forma transparente. O quinto, refere-se à eficiência operacional, que é o resultado da aplicação correta do plano de organização associado aos métodos e procedimentos. E para finalizar, observa-se o último elemento denominado como políticas administrativas, que funciona como um modelo a ser seguido para a tomada de decisões da administração (ATTIE, 1992, p.198 a 199).

As junções de todos esses fatores levam a obter um sistema de controle interno funcional, sendo cada parte dependente uma da outra, para evitar falhas no sistema.

A Exposição de Normas de Auditoria nº 29 (ENA 29) estabelece que o sistema de controle interno de uma empresa se decompõe em dois grupos de controle: os de natureza contábil e os de natureza administrativa.

3.1 Classificação dos Controles Internos

Os Controles Internos são divididos em: Administrativos e Contábeis, cada um deles são direcionados a uma área da entidade, sendo o primeiro voltado para parte operacional e o segundo para a financeira.

A gestão empresarial deve obter de forma organizada todos os aspectos relacionados a administração, e para isso conta com a colaboração de uma ferramenta

chamada controles internos administrativos, que se referem a forma de gestão operacional adotada pela empresa em conjunto, Attie (2011, p.193), afirma:

Compreendem o plano de organização e todos os métodos e procedimentos que dizem respeito à eficiência operacional e à decisão política traçada pela administração. Normalmente, se relacionam de forma indireta aos registros financeiros. Com frequência abrangem análises estatísticas, estudos de tempo e movimentos, relatórios de desempenho, programas de treinamento e controle de qualidade.

Tomamos como exemplo de controles administrativos segundo Almeida, 2012, p.57 “análise estatísticas de lucratividade por linha de produtos; controle de qualidade; treinamento de pessoal; estudos de tempo e movimento; análise das variações entre os valores orçados e os incorridos e controle dos compromissos assumidos”.

De acordo com Cintra (2014, p.17) controles contábeis é definido como “o plano de organização e todos os métodos e procedimentos que têm ligação com a proteção do patrimônio da empresa e integridade dos registros contábeis”.

Essas duas divisões têm o mesmo objetivo final que é de melhorar o desempenho empresarial em todos os âmbitos. Uma organização que tem um Controle Interno praticado com exatidão influencia diretamente em uma administração de qualidade, pois fornece para o gestor informações confiáveis e isso trará segurança nas tomadas de decisões.

4. GOVERNANÇA CORPORATIVA

Antes de começar a discorrer sobre o tema Governança Corporativa, é interessante conhecer um pouco sobre O Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC, que é uma organização sem fins lucrativos que tem a missão em estar desenvolvendo melhores condutas para proteger o investidor. A história de como foi fundado IBGC é resumidamente exposta no seu site:

Idealizado pelo administrador de empresas Bengt Hallqvist e pelo professor e consultor João Bosco Lodi, o Instituto Brasileiro de Conselheiros de Administração (IBCA) foi fundado em 27 de novembro de 1995 por um grupo de 36 pioneiros, entre empresários, conselheiros, executivos e estudiosos. A ideia era fortalecer a atuação dos conselhos de administração - órgão de orientação, supervisão e controle nas empresas. Com o passar do tempo, entretanto, as preocupações se ampliaram para questões de propriedade, diretoria, conselho fiscal e auditoria independente, entre outros. O que, em 1999, resultou na mudança do nome do IBCA para Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). Hoje, o Instituto é reconhecido no País como a principal referência na difusão das melhores práticas de Governança Corporativa (IBGC).

A ideia de Governança Corporativa já existe a um bom tempo, conforme explicitado a seguir:

Na década de 50, começava a se falar de governança corporativa, e até os anos 60 os conselhos inoperantes e a forte presença do acionista controlador marcaram muito essa época. Em 1970, apareceram os primeiros Conselhos brasileiros com sinais de autonomia e de divisão de poder entre os acionistas e os profissionais da gestão (IBGC,2009).

No século XX , a expansão das relações comerciais internacionais influenciou na forma com que as empresas conduziam a administração, pois tudo se transformou em um ritmo muito acelerado decrescimento e troca de informações e como consequência desse dinamismo de mercado houve a necessidade de separar as funções de proprietário e gestor, com isso a Governança Corporativa foi criada para fazer o trabalho de manter a boa relação dentro da empresa para não haver conflitos de interesses.

Evidencia-se no site do IBCG outro importante motivo que impulsionou a criação da Governança Corporativa: o “conflito de agência”, que consiste no problema de que as ideias e objetivos dos acionistas ou proprietários não estão seguindo a mesma linhagem dos gestores ou administradores. A Governança Corporativa visa a saúde da empresa e para isso é preciso que todas as partes que compõe a organização caminhem para um mesmo sentido com as mesmas prioridades(IBGC, citação indireta). “A separação da propriedade e controle entre acionistas e gestores por meio da oferta pública de ações, característica marcante das grandes corporações modernas, fez com que surgisse a necessidade da criação de mecanismos que alinhassem os interesses dos gestores aos dos acionistas” (SILVEIRA, 2002, p.01).

Enfim Governança Corporativa vem para ganhar criar harmonia entre os gestores e acionistas. E por esse motivo foi criado o Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa para servir como um guia as entidades, contendo princípios, práticas e diversos conceitos básicos para entender como funciona o sistema de uma organização, conceituando os tipos de natureza jurídica, sócios, direito de voto, Assembleia Geral entre outros. É importante que as empresas adotem tais práticas pois a consequência de adotá-las é que “Obtenham melhores resultados e também sejam melhor avaliadas pelo mercado no preço das suas ações” (SILVEIRA,2002, p.02).

Com o avanço da economia brasileira e o grande número de investimentos estrangeiros no país, tem estimulado e tornado essencial a busca e aperfeiçoamento das boas práticas de governança corporativa. Essas práticas pretendem aumentar a probabilidade dos fornecedores de recursos garantirem o retorno sobre seu investimento. Trata-se de um conjunto de mecanismos de incentivo e controle que

visam minimizar os custos. Foram elaborados vários códigos de governança com a intenção de descobrir se existe uma estrutura de governança melhor a se seguir, o último Código criado pelo IBGC foi em 2009. É um tema importante, pois essas práticas afetam diretamente o desempenho e rentabilidade da empresa.

Segundo o IBGC, a definição mais adequada para definir Governança Corporativa seria

É o sistema pelo qual as organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre proprietários, Conselho de Administração, Diretoria e órgãos de controle. A boa prática de Governança Corporativa convertem princípios em recomendações objetivas, alinhando interesses com a finalidade de preservar e otimizar o valor da organização, facilitando seu acesso a recursos e contribuindo para sua longevidade.

4.1 Principais formas de controle da organização

Conforme estabelecido no código do IBGC, há três principais formas de controle de uma organização, sendo elas:

Quadro 3- Formas de controle de uma organização

| | |
|-------------------------|---|
| Definido | O controle é exercido por um acionista ou grupo de acionistas, vinculado por acordo de sócios ou sob controle comum, que possui formalmente mais de 50% das ações ou quotas com direito a voto da organização. Nesta hipótese, o controle só pode ser adquirido mediante alienação pelo controlador original (aquisição derivada) |
| Difuso | O controle é exercido por acionista ou grupo de acionistas que não esteja vinculado por acordo de sócios nem sob controle ou representando interesse comum, detentor de parcela relevante do capital votante da organização, porém inferior a 50% do capital social. Nesta hipótese, o controle pode ser adquirido mediante alienação pelo controlador original (aquisição derivada) ou aquisição em mercado (aquisição originária) |
| Pulverizado ou disperso | A composição acionária está dispersa entre um grande número de acionistas, de tal forma que não exista um acionista ou grupo de acionistas capaz de exercer o controle de forma permanente. Neste caso, o controle só pode ser adquirido mediante aquisição em mercado (aquisição originária) |

Fonte: IBGC (2009, p.17).

4.2 Impacto dentro das organizações com a aplicação da Governança Corporativa

De acordo com o II Simpósio Internacional de Transparência nos Negócios (2008) as empresas de capital aberto que adotam as práticas de governança corporativa precisam se adequar aos procedimentos e as novas regras da administração. Os executivos e colaboradores passam a exercer responsabilidades pessoais maiores e de maior nível de risco. Há necessidade do uso de novas ferramentas na área de tecnologia da informação, que iram garantir a transparência e facilitar os controles. Essas boas práticas não são apenas um modismo, mas sim normas com finalidade de regular o mundo dos negócios, exigindo um grau elevado da participação do seu administrador para que se tenha êxito ao aplicá-las. Destaca-se a necessidade de obter novos conhecimentos e agilidade no fornecimento de informações. Grande parte das empresas não estão capacitadas para implantação das mudanças, e até mesmo os seus executivos não possuem o conhecimento que é necessário.

4.3 Princípios básicos da Governança Corporativa

A Governança Corporativa mantém quatro princípios básicos que funcionam como base para o código de conduta, sendo aqueles que estão associados no IBGC devem seguir os princípios abaixo:

O primeiro princípio é a transparência, que diz que os gestores, por conhecerem bem a empresa e fazerem parte das atividades do dia a dia, tem a obrigação de contar como está empresa, quais os pontos positivos e os pontos de risco e o foco que a empresa está tendo. As organizações estão dispostas a informar as partes interessadas não somente o que é de sua obrigação, mas também disponibilizar outras complementares.

Como forma de materializar o princípio de transparência, a organização deve formalizar uma política de divulgação de informações. Essa política deve contemplar a divulgação de informações além das exigidas por lei ou regulamento. A premissa é que a divulgação seja completa, objetiva, tempestiva e igualitária. É recomendável que a organização disponibilize ao mercado seu relatório anual, incluindo as demonstrações financeiras e os relatórios socioambientais, de preferência, auditados (IBGC, 2009, p.69).

O resultado disso para o Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa é “A adequada transparência resulta em um clima de confiança, tanto internamente quanto nas relações da empresa com terceiros”.

O segundo é a equidade, diz respeito a tratar de uma forma igualitária todos os sócios da empresa. Não são aceitas qualquer tipo de atitudes ou políticas que venham a discriminar alguém, são totalmente inaceitáveis.

Logo depois, temos a prestação de Contas, por se tratar de patrimônio de outrem, deve-se prestar contas aos interessados no resultado da empresa. Como próprio nome já diz é simples: Os agentes de governança devem prestar contas de sua atuação.

E por último, o quarto princípio, a Responsabilidade Corporativa, que conceitua-se como ‘Os agentes de governança devem zelar pela sustentabilidade das organizações, visando a sua longevidade, incorporando considerações de ordem social e ambiental na definição dos negócios e operações. O foco principal dos envolvidos deve ser sempre priorizar a parte social e ambiental, pois a entidade deve cumprir suas responsabilidades com o meio ambiente.

Segundo a revista administrador (2013, p.3) a governança corporativa é a garantia de um horizonte mais claro, uma boa estrutura de governança é uma peça chave neste sentido. As regras de convivência entre controladores e administradores de uma empresa, caracteriza-se como Governança Corporativa. Seus princípios básicos são valores universais ligados a clareza e equidade. A garantia de obediência as normas do mercado e de mercado são decisões claras que nos levam a crer em igualdade competitiva, sem fraudes ou crimes. As empresas que seguem as práticas da governança são as que servem de referência ética e que são treinadas para suportar qualquer turbulência econômicas e políticas. Empresas com conselhos de administração atuantes e de perfil variado se vêem refletidas nesse espelho e são os melhores exemplos de boa aplicação das práticas de governança. Ela pode não ser a única resposta para uma série de males, mas é uma bússola indispensável que favorece a sociedade.

Por meio da governança corporativa é possível identificar que o conjunto dessas boas práticas é de suma importância para o bom desempenho da empresa, e levam ao sucesso da mesma. Tem a finalidade de melhorar o processo de tomada de decisões na companhia, com a função de proteger as partes envolvidas e com isso ganhar mais confiança no mercado e em relação aos investidores.

Existem algumas práticas que são de fundamental importância para a empresa, a primeira delas é que se estabeleça uma organização clara, composta por funcionários qualificados para exercer apenas uma determinada função. A segunda prática é que se tenha um acompanhamento dos projetos, por meio de reuniões entre os sócios e o

conselho administrativo, e que estas sejam registradas em atas, para um controle melhor. A terceira é que haja mais transparência e facilidade, pois através de mecanismos internos poderá dar agilidade e resolver problemas com eficiência.

De acordo com os fatos que foram mencionados acredita-se que se bem aplicada ela poderá alavancar os resultados e ser satisfatória para empresa. Enganam-se as empresas que deixam de aderir essa ferramenta de gestão com o pensamento de que ela é um custo para empresa, pois trata-se de um investimento, cujos benefício podem ser notados através de resultados da empresa.

O Manual de Governança Corporativa recomenda que a organização seja dividida em Conselhos, abaixo será conceituado alguns mais relevantes para o desenvolvimento do trabalho.

4.4.3 Conselho de Administração

De acordo com o manual do código das melhores práticas de Governança Corporativa

O conselho de administração tem como objetivo criar valor para a organização de forma ampla e completa. O Conselho deve utilizar todos os recursos disponíveis para avaliar a independência de seus conselheiros. Cada um dos conselheiros deve refletir sistematicamente sobre sua capacidade de fazer um julgamento independente. Essa auto avaliação deve ser rotineira diante dos temas examinados no Conselho. A organização deve divulgar o período máximo de permanência de um conselheiro como independente (IBGC, 2009, p.38).

São inúmeras responsabilidades do Conselho de Administração dentre elas estão: deixar a Diretoria ciente sobre os principais riscos que a organização está exposta e logo preparar os procedimentos a adotar para prevenir os riscos futuros, deve-se também colocar à disposição da Diretoria questões sociais e ambientais.

Para fazer parte do Conselho de Administração é preciso carregar uma lista de competências e experiências “Experiência de participação em outros Conselhos de Administração, experiência em gestão de pessoas, conhecimentos contábeis, conhecimentos jurídicos, conhecimentos dos negócios da organização, contatos de interesse da organização entre outros” (IBGC, 2009, p.32).

O Conselho de Administração é dividido em várias partes, e cada uma delas tem sua função específica. Os membros desse conselho são chamados de conselheiros, os quais devem estar atualizados e buscar conhecimento avançado sobre sua competência.

A cada ano é feita uma avaliação das atividades executadas pelo Conselho e de cada um de seus conselheiros.

Sua maneira de trabalhar deve exercida de acordo com organização que for inserida. Esta avaliação é embasada por meio de procedimentos formais. O conselho de administração deve propor metas a serem alcançadas pelo diretor presidente no decorrer do trabalho, e este deve procurar a melhor forma para desenvolvê-las e repassá-las a sua equipe de trabalho (IBGC,2009, p.38-39).

A remuneração dos conselheiros de administração é feita de acordo com sua competência, o mercado que atua e os riscos das atividades por ele executadas. Os valores dessa remuneração são propostos pelo Conselho e dependem da aprovação da assembleia.

Deve-se ter muita cautela para que não ocorra de alguém que esteja envolvido influencie na sua própria remuneração. A divulgação do valor é feita individualmente, porém, é possível se ter uma média dos valores pagos de acordo com a atividade (IBGC,2009, p.40).

O Conselho de Administração deverá nomear um profissional para exercer a função de secretário, que deverá executar as seguintes obrigações:

Apoiar os processos de Governança Corporativa da organização e propor o seu constante aprimoramento; Auxiliar o presidente do Conselho na definição da agenda das reuniões do Conselho e na convocação das Assembleias Gerais; Encaminhar a agenda e o material de apoio as reuniões do Conselho, interagindo como membros da Diretoria-Executiva, a fim de atender as solicitações de esclarecimentos e de informações apresentadas pelos conselheiros; Apoiar os conselheiros e os membros dos comitês de assessoramento do Conselho no desempenho de suas atividades (IBGC,2009, p.50).

Como citado acima, a secretaria fica responsável em organizar as solicitações relativas á inclusão de atividade na agenda ou a convocação para reuniões, preza a organização e bom andamento do conselho.

O Conselho de Administração deve zelar para que o relacionamento com os sócios, diretor- presidente, comitês ocorra de forma segura e transparente pois ele é o órgão central do sistema de governança das organizações.

Os comitês são órgãos que tem a missão de auxiliar no trabalho do Conselho de Administração, alguns assuntos que exigem mais tempo já são tratados diretamente por um comitê específico, que analisam a tarefa que lhe foi dada e preparam uma proposta para o Conselho. Existem vários tipos de Comitês, e o porte da organização é que vai interferir na quantidade de comitês a adotar, pois só é recomendada a criação de um

comitê se realmente for necessário, pois caso ao contrário irá ter um efeito reverso e prejudicar a gestão. Alguns comitês são: Recursos Humanos, Sustentabilidade, Auditoria, entre outros.

4.4.4 Comitê de Auditoria

É recomendado formar um Comitê de Auditoria para analisar “as demonstrações financeiras, promover a supervisão e a responsabilização da área Financeira, garantir que a

Diretoria desenvolva controles internos confiáveis” (IBGC,2009, p.45).

O comitê fica responsável em cuidar e verificar se está sendo seguido com fidelidade o Código de Conduta da organização. O seu trabalho deve andar ao lado do Conselho de Administração, já que ambos têm a função de fiscalizar as avaliações dos auditores Independentes e Internos e garantir que os Diretores coloquem em prática as ações recomendadas pelos Auditores.

Para realizar um trabalho eficiente o Comitê de Auditoria precisa sempre ser atualizado por informações doadas pela Diretoria como “Revisões tempestivas e periódicas das demonstrações financeiras, apresentações relativas as alterações nos princípios e critérios contábeis, qualquer correspondência trocada com a Auditoria Interna ou o auditor independente” (IBGC,2009, p.45) entre outras informações que sejam relevantes.

De acordo com o Código de conduta da Governança Corporativa “o trabalho de auditoria interna não deve apenas apontar irregularidades, mas perseguir a melhoria de processos e praticas a partir do aperfeiçoamento do ambiente de controles. Seu trabalho deve estar perfeitamente alinhado com a estratégia da organização” (IBGC, 2009, p.48). Qualquer assunto relacionado a esse trabalho deve ser tratado com o Comitê de Auditoria Interna.

O Manual de Conduta de Governança Corporativa é extremamente rico de informações sobre a forma de gestão da organização, já foi exposto no texto acima a sobre Auditoria Interna, então não poderia faltar o Controle Interno na visão do IBGC

O diretor-presidente, em conjunto com a Diretoria e auxiliado pelos demais órgãos de controle vinculados ao Conselho de Administração, e responsável pela elaboração e proposição para aprovação do Conselho de sistemas de controles internos. Esses sistemas são voltados a monitorar o cumprimento dos processos operacionais e financeiros, assim como os riscos de não conformidade. A eficácia desses controles deve ser revista, no mínimo,

anualmente. Os sistemas de controles internos deverão estimular que os órgãos da Administração encarregados de monitorar e fiscalizar adotem atitude preventiva, prospectiva e proativa na minimização e antecipação de riscos (IBGC,2009, p.56).

Constamos mais uma vez a importância da Auditoria Interna e Controle Interno, são recomendações de instituições reconhecidas como o IBGC que frisam que essas duas atividades devem estar presentes dentro da organização.

4.4.4.5 Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é parte integrante do sistema de governança das organizações brasileiras. Conforme o estatuto, pode ser permanente ou não. Sua instalação, se dará por meio do pedido de algum sócio ou grupo de sócios. Abaixo temos uma relação de seus principais objetivos:

Quadro 4 – Principais Objetivos

| |
|--|
| Fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários. |
| Opinar sobre o relatório anual da Administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis a deliberação da Assembleia Geral. |
| Opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas a Assembleia Geral, relativas a modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão. |
| Denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos de administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da companhia, a Assembleia Geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrir, além de sugerir providências úteis a companhia. |
| Analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela companhia; |
| Examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar. |

Fonte: IBGC (2009, p.62)

É importante que toda organização formule um Código de Conduta direcionado aos administradores e funcionários “O documento deve ser elaborado pela Diretoria de acordo com os princípios e políticas definidos pelo Conselho de Administração e por este aprovado. O Código de Conduta deve também definir responsabilidades sociais e ambientais.” (IBGC,2009, p. 66). O Código deve conter todos os princípios adotados pela empresa, sua cultura

CONCLUSÃO

O cenário do mercado brasileiro mudou no século XXI, as empresas se modernizaram e abriram o seu capital percebendo que a partir de então precisava de uma administração feita por profissionais qualificados. Nessa transição surgiu um novo ambiente corporativo que se preocupa com o lado econômico, social e com todos os interesses dos envolvidos na organização.

Existem inúmeras ferramentas de gestão que foram criadas para auxiliar no processo de organização e bom andamento da empresa, dentre elas destaca-se a auditoria interna, que surgiu como uma atividade independente de avaliação e auxílio para alcançar os objetivos por meio de uma abordagem sistemática que visa melhorar a eficácia dos processos de gestão de riscos, controle e governança da organização.

O Controle Interno pode ser considerado um importante mecanismo redutor de fraude, pois procura erros e fraudes por meio das técnicas de revisão, além de ser aliado para a realização da auditoria interna.

Sendo a última abordagem sobre a Governança Corporativa que é um conjunto de medidas a serem adotadas pela organização com o intuito de construir uma relação saudável entre os que estão envolvidos

Todas as pesquisas e estudos realizados sobre o mercado e como ele está em constantes modificações, elevamos os assuntos de Auditoria Interna, Controle Interno e Governança Corporativa, pois observamos que são ferramentas que colaboram com a sobrevivência das empresas no mercado atual, que está extremamente competitivo e dinâmico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Auditoria: Um curso moderno e completo**. 8ª Edição, São Paulo: Atlas, 2012.

ATTIE, William. **Auditoria: Conceitos e Aplicações**. 6ª Edição, São Paulo: Atlas, 2011.

_____. **Auditoria Interna**. 2ª Edição, São Paulo: Atlas, 2012.

_____. **Auditoria Interna**. São Paulo: Atlas, 1992.

BANCO CENTRAL DO BRASIL, **Circular N° 179**, Brasília, 1972. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/40314/Circ_0179_v2_L.pdf>. Acesso em 10/09/2016.

BRASIL, [LEI Nº 11.638, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2007](#). **Altera e revoga dispositivos da**

Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/lei/111638.htm>. Acesso em 22/08/2016

BRASIL, LEI Nº 4.728, DE 14 DE JULHO DE 1965. **Disciplina o mercado de capitais e estabelece medidas para o seu desenvolvimento.** Disponível em

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4728.htm>. Acesso em 02/09/2016.

BRASIL, LEI Nº 6.404, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1976. **Dispõe sobre as Sociedades por Ações.** Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6404consol.htm>. Acesso em 10/09/2016.

BRASIL, LEI Nº 6.385, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1976. **Dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários.** Disponível em

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6385.htm>. Acesso em 10/09/2016.

CINTRA, Denise Gomes. **Uma abordagem do surgimento à evolução da auditoria até os dias atuais, com ênfase na auditoria interna.** Jussara, 2014.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Breves considerações acerca da auditoria interna e externa.** Brasília, 2013. Disponível em

<<http://www.portalcfc.org.br/noticia.php?new=8435>>. Acesso em 05/09/2016.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE: AUDITORIA INTERNA- NBC TI 01 e NBC PI 01.**

Brasília, 2012. Disponível em: <http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/Auditoria_Interna.pdf>. Acesso em: 17/10/2016.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE. **A origem da profissão de contador,** Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <<http://www.crc.org.br/crcrj/crc.asp>>.

Acesso em 30/08/2016.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **Sobre a CVM.** Disponível em:

<http://www.cvm.gov.br/menu/aceso_informacao/institucional/sobre/cvm.html>.

Acesso em 15/09/2016.

COMMITTEE OF SPONSORING ORGANIZATIONS OF THE TREADWAY COMMISSION – COSO. **Controle Interno- Estrutura Integrada: Sumário Executivo.** 2013. Disponível em

<http://www.iiabrasil.org.br/new/2013/downs/coso/COSO_ICIF_2013_Sumario_Executivo.pdf>. Acesso em: 20/09/2016.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria Contábil: Teoria e Prática.** 9ª Edição, São Paulo: Atlas, 2013.

FRANCO, Hilário; MARRA, Ernesto. **Auditoria Contábil**. 4ª Edição, São Paulo: Atlas, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. **Origens da Governança Corporativa**. Disponível em:
<<http://www.ibgc.org.br/index.php/governanca/origens-da-governanca>> Acesso em: 27/10/2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. **Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa**. 4ª Edição, São Paulo, 2009.

INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL. **Auditoria: Registros de uma profissão**. São Paulo, 2006. Disponível em:
<<http://www.ibracon.com.br/ibracon/Portugues/detInstitucional.php?cod=2>>. Acesso em 26/08/2016.

SÁ, Antônio Lopes de. **Teoria da Contabilidade**, 2ª Edição, São Paulo: Atlas, 1999.

SILVEIRA, Alexandre Di Micelli da. **Governança Corporativa, desempenho e valor da empresa no Brasil**. São Paulo, 2002.

PEREZ JUNIOR, José Hernandez. et al. **Auditoria das demonstrações contábeis**. 2ª Edição, Rio de Janeiro: FGV, 2011.

PORTAL DE AUDITORIA. Exposição de Normas de Auditoria nº 29 (ENA 29). Disponível em
<http://www.portaldeauditoria.com.br/tematica/auditoriagerencial_controlesinternos.htm>. Acesso em: 20/09/2016.